



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS

**REUNIÃO SETORIAL – ZONA URBANA:
MOVIMENTOS SOCIAIS E ONG'S
03/11/2016**

CAPÍTULO VIII: REUNIÃO SETORIAL – MOVIMENTOS SOCIAIS

1. DA METODOLOGIA DA REUNIÃO SETORIAL

O procedimento desta Reunião Setorial realizado junto aos representantes dos Movimentos Sociais e de Organizações não Governamentais - ONG'S consistiu em três momentos distintos em reunião plenária.

No primeiro momento, foram expostos os objetivos da reunião, que consistiu na coleta de informações para compor um relatório comunitário, que, juntamente com um posterior relatório técnico, baseará o futuro diagnóstico do Município, o qual comporá as propostas para a elaboração da minuta de revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas. Foi explicitado que o momento seria destinado exclusivamente a ouvir à comunidade, seus anseios e necessidades. Explanou-se que as discussões estariam ocorrendo em três Eixos Temáticos: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS e, finalmente, Eixo FISCAL E GOVERNANÇA.

O segundo momento ocorreu quando a palavra foi finalmente repassada aos participantes presentes, em que consistiu em relatos, ponderações e diálogos que levaram a apontamentos diretos em uma tabela que enfocou os CONFLITOS, as POTENCIALIDADES e as SOLUÇÕES, em tempo real e projetado em tela para que os interlocutores conferissem suas falas.

Na terceira e última etapa, a equipe técnica procedeu a leitura da tabela finalizada, corrigiu-se, quando necessário, e validou-se por aclamação em Plenária.

Todas as explanações foram relatadas em ata. Em casos específicos, procedeu-se ao uso de mapas e/ou aplicativos *Google Earth* para auxiliar na localização da região ou de pontos determinados pelo interlocutor.

2. DOCUMENTOS DA PLENÁRIA

2.1 ATA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PALMAS

ATA DA REUNIÃO SETORIAL

ZONA URBANA – MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONG'S

Aos três dias do mês de novembro de 2016, às 19h00min, reuniram-se nas dependências da Câmara de Vereadores de Palmas-TO, os representantes da Prefeitura de Palmas, de Movimentos Sociais, ONG's e a comunidade em geral para discutirem a revisão do Plano Diretor de Palmas-TO. A audiência pública teve sua divulgação, através do Diário Oficial do Município de Palmas- TO e convites. Às 19h37min a cerimonialista Valéria Neponuceno abriu a reunião agradecendo a presença de todos, explicando o que é o processo de revisão do Plano Diretor e quais são as etapas para sua conclusão que são: planejamento do trabalho, leitura da cidade que são as leituras técnicas e comunitárias, elaboração do diagnóstico municipal, diretrizes e propostas para, por fim, a elaboração do projeto de Lei. Informou que as reuniões serão realizadas em sete endereços urbanos, seis rurais e sete segmentos da sociedade organizada. Anunciou e agradeceu a presença do Giovani Assis, Presidente do IAB-TO. Em seguida, para compor a mesa ela convidou José Messias de Souza, Coordenador Geral da Comissão da Revisão do Plano Diretor de Palmas e Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Palmas; Ephim Shlugher, Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Palmas; Veneranda Elias, Presidente da FACOM-TO; Adelmario Alves dos Santos Jorge, representante da União Nacional de Moradia Popular e Germana Pires Coriolano, Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Humano. A palavra foi passada para Ephim Shlugher, Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Palmas, que iniciou afirmando que é um grande prazer estar reunido para discussão do Plano Diretor, que é um processo de cidadania, um direito garantido por lei, o direito de conversar por uma cidade melhor para o futuro. Afirmou que o objetivo é ter para o futuro uma cidade economicamente viável e sustentável. Disse estar muito feliz em ver todos reunidos em prol da questão da habitação, que a questão habitacional é uma preocupação da gestão para todas as rendas, pois está difícil para todos, devido à inflação atual. Falou da preocupação em preencher os vazios urbanos, pois cada vez que se expande, a cidade fica mais cara. Salientou que o objetivo é que a cidade seja compacta e que não se expanda, pois tudo isso custa muito para toda a sociedade. A política é preencher a cidade, reverter uma tendência muito grande das cidades brasileiras que é essa expansão desenfreada que só traz prejuízos para muitos e lucros para poucos. Afirmou que a gestão atual tem esse desejo e a equipe está alinhada com essa ideia. Parabenizou a todos por estarem participando ativamente desse processo, por esse ser um processo de todos, uma vez que a cidade é de todos e o Plano Diretor é de todos. Agradeceu e encerrou sua fala. A palavra foi passada para Germana Pires Coriolano, Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Humano, que iniciou dizendo que estamos mais uma vez reunidos para

discutir o Plano Diretor, que é um processo muito importante, que é praticamente a Lei mais importante que temos. Afirmou que a luta pela terra é um direito de todos, mas infelizmente nem todos alcançam. Afirmou ainda que o Plano Diretor trata da ocupação urbana, questionando como vamos garantir tudo isso que Ephim colocou, respondendo que é através dos instrumentos urbanísticos que serão colocadas no Plano Diretor. Disse que atualmente temos 25 hab/ hec quando deveria ser mais de 8025 hab/ hec, e que conforme o plano original era para existir 300 hab/ hec. Isso significa que onde não tem gente morando, a cidade fica muito mais cara. O asfalto, o transporte, tudo sai muito mais caro. Tudo sai muito mais caro na nossa cidade porque temos uma cidade “espalhada”. Fica difícil para o poder público, para o comerciante, para todos. Vamos alcançar isso com os instrumentos urbanísticos. Temos que saber o que é mais importante para todos, para cada um dos representantes que estão aqui. Vocês tem a missão de trazer para cá o que as comunidades querem. A participação popular é garantida por Lei e temos que participar para garantir. A palavra foi passada para Veneranda Elias, Presidente da FACOM-TO, que saudou a todos e afirmou que como conselheira do Ministério das Cidades tem participado de reuniões em outras cidades e é preocupante como o Plano Diretor de outras cidades não atendem as necessidades da população. Lembrou que Palmas em poucos anos já está com problemas de grandes centros, como uma cidade espalhada com um custo operacional muito grande, temos que rever os valores de mercado, as taxas para que o cidadão possa morar no centro que é um direito dele. A cidade é pra o trabalhador, para todos nós. Afirmou que quando estamos ordenados, a cidade flui e traz progresso para todos, em uma cidade espalhada e desordenada tudo fica mais caro e difícil para todos. Afirmou ser contra a expansão desordenada, mas a favor da regularização fundiário e da reforma urbana. A palavra foi passada para Adelmario Alves dos Santos Jorge, representante da União Nacional de Moradia Popular, que iniciou agradecendo a presença de todos e disse que lamenta que o debate não tenha a participação que ele esperava. Disse que as falas proferidas até agora demonstram a importância desse evento para os moradores dessa cidade e para os militantes da moradia dessa cidade, pois a cidade é para todos. É importante que quando for aprovado na Câmara dos Vereadores todos estejam presentes para que nada seja modificado daquilo que definimos nas reuniões, precisamos garantir o que queremos nesta Lei. Informou que existe um site que contém tudo o que é exibido nas reuniões. Precisamos exercer a nossa força, garantir a reforma urbana, zonas de interesse social e a ocupação de espaços vazios. Afirmou que a especulação imobiliária é absurda, pois quando se compara com a cidade de Goiânia, por exemplo, a cidade de Palmas é até 10 vezes mais cara. Alertou aos presentes que todos precisam se informar sobre o BRT, que está sendo desapropriado, queremos espaços no centro da cidade, não queremos ser excluídos, precisamos estar perto dos equipamentos urbanos. A fala foi passada para José Messias de Souza, Coordenador Geral da Comissão da Revisão do Plano Diretor de Palmas e Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Palmas, que iniciou agradecendo a todos da comissão, aos funcionários das Secretarias presentes e aos demais presentes. Afirmou que os movimentos sociais é uma categoria de pessoas que vêm lutando por dias melhores e não poderiam estar fora dessa discussão da revisão do Plano Diretor, discussão esta que trata da cidade que queremos para os nossos filhos. Afirmou que mais de 1000 (mil) pessoas foram convidadas para

estarem na reunião, entre comunidade e vereadores, mas nenhum vereador está presente. Disse que gostaria que quem está aqui levasse a mensagem que ser discutida por sua comunidade. Informou que serão feitas várias reuniões em várias quadras da cidade de Palmas, e vamos convidar através dos presidentes de quadra de associação para que a população participe efetivamente. Comentou sobre o questionamento existente de que a prefeitura está fazendo reunião há mais de 60 (sessenta) dias e não está convidando o Conselho de Desenvolvimento Urbano, dentre outros, esclarecendo que isso é porque estamos cumprindo uma tarefa que foi recomendada pelo próprio Conselho e pelo Ministério Público. Informou que existem dezenas de loteamentos que foram feitos e agora temos que discutir, tem gente que não quer que expanda de forma nenhuma, mas precisamos resolver sobre os loteamentos que já existem ao redefinir da cidade (pergunta), questionando se vamos tirar elas de lá, como? Informou que a Prefeitura tem instrumentos para regularizar isso, temos que discutir, existe algo chamado "direito de propriedade". Existem mais de 1000 (mil) pessoas do "lado de lá da TO-050" e não podemos simplesmente tirá-los e coloca-los "do lado de cá". Lamentou que infelizmente mais de 80% do plano diretor de 2007 não foi cumprido, isso porque não foi lembrado aos vereadores que existia um Plano Diretor. Solicitou que a comunidade participasse com afinco das discussões para a Lei seja escrita de forma que atenda as necessidades de todos, afirmando que essa não é uma Lei para ser engavetada, e sim uma Lei para se transformar em "livro de cabeceira dos gestores". Solicitou que os técnicos fossem sucintos, pois o mais importante é a opinião da comunidade. A palavra foi passada para Marcus Vinicius Bazoni, Coordenador Técnico da revisão do Plano Diretor, para iniciasse as explicações sobre a revisão do Plano Diretor, iniciando com a afirmação de que é muito importante a participação de todos para que possamos atender as necessidades da comunidade. Bazoni também lembrou que Plano Diretor define para onde cresce a cidade, mostrou um gráfico onde mostra que a qualidade de vida deve aumentar com o passar do tempo e não o contrário. Afirmou que o Plano Diretor é a canalização da qualidade de vida para melhor, por isso é tão importante pra todos. Apresentou as orientações legais do processo de revisão, mostrou as leis que definem a forma que está sendo feita a revisão do plano, sendo estas a Constituição Federal; o Estatuto das Cidades; duas resoluções do Conselho Federal das Cidades, a exemplo da Resolução 2583, que define os parâmetros da participação popular; Lei Complementar nº 155/2007, atual Lei do Plano Diretor Participativo, Decreto Municipal nº 1234/2016, que cria a Comissão Especial para coordenar o processo de participação na revisão do Plano Diretor do município de Palmas e a Recomendação do Ministério Público Estadual nº 01/2016. Explicou que a Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas é formada por diversos Secretários do Município e diversos atores dos segmentos sociais, para garantir que as orientações legais sejam cumpridas. O Plano é definido em cinco etapas, e a equipe técnica idealizou o plano que foi votado e aprovado em audiência no mês de junho de 2016. Explicou que o Plano Diretor foi definido em cinco etapas, sendo esses: Planejamento dos Trabalhos, aprovado em audiência pública no mês de junho/2016; Leitura da Cidade técnica, que é a leitura realizada pelos técnicos da Prefeitura; Leitura da Cidade comunitária, que são as reuniões como esta que está acontecendo nesse momento, onde a comunidade explana suas opiniões, reclamações e sugestões, para que a Prefeitura identifique as dificuldades da comunidade; Diagnóstico

e Elaboração da Lei do Plano Diretor. Explicou que a intenção da Prefeitura é coletar os problemas da cidade e ouvir da sociedade as sugestões e soluções. Com as informações colhidas com população poderemos discutir a cidade de uma forma mais qualificada, que irá definir a minuta do projeto de lei. Falou da importância dos movimentos sociais, que vivem o problema da habitação de perto, que suas opiniões são fundamentais para esse processo. Disse que é importante a participação, pois é nesse momento que se define as soluções para os problemas que todos vivem hoje. Explicou os eixos temáticos, sendo esses: Meio Ambiente e Mudanças Climáticas; Desenvolvimento Territorial e Fiscal e Governança. Em seguida mostrou o calendário de reuniões e convidou a todos os presentes para que participem das próximas reuniões que serão realizadas e pediu para que transmitam o convite aos familiares e conhecidos. Esclareceu como será feito as discussões e anunciou os palestrantes. Pediu que pontuassem o que deve ser melhorado na comunidade em que vivem, pois isso se transformara em lei para melhorar a vida de todos. Em seguida a palavra foi passada para o palestrante Lúcio Milhomem, Arquiteto e Urbanista da Prefeitura de Palmas, que anunciou a apresentação de palestra sobre a ocupação territorial de Palmas. Mostrou alguns dados que estão sendo coletados pela equipe da Prefeitura para tentar uma linha de discussão no Eixo Desenvolvimento Territorial, que é dividido em subtemas. Falou sobre o que é considerado o tripé do desenvolvimento urbano, que são o desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento ambiental, afirmando que a revisão do Plano Diretor irá envolver tudo isso, todos vão se complementando. Anunciou que vamos trazer uma série de questões, que estamos tentando fazer uma leitura para analisar no que avançamos e no que não avançamos, quais os aspectos positivos e negativos, quais as potencialidades, capacidade ambiental, conflitos em jogo, estrutura fundiária e habitacional, vazios urbanos, déficit habitacional, áreas regulares e irregulares, dinâmica da população e das suas atividades econômicas, patrimônio cultural e ambiental, déficit de infraestrutura, projetos existentes ou previstos e quais leis precisam serem definidos ou atualizados. Disse ainda que o plano interfere em várias leis, como usos do solo e código de obras, afirmando que a Lei do Plano Diretor atual não avançou porque as demais leis não foram atualizadas. Em seguida mostrou o desenho inicial de idealização da cidade de Palmas, feita pelo Grupo 4, que previa 200.000 (duzentos mil) habitantes e deveria ser ocupada em etapas. Abrigaria 1,2 (hum vírgula dois) milhões de habitantes e tinha uma área de expansão prevista para mais 800 mil habitantes, totalizando 2 (dois) milhões de habitantes. Lembrou que no ano de 2002 teve uma alteração da lei de ocupação territorial inicial, onde ocorreu a definição de uma zona urbana que fica quase no limite com o município de Lajeado, formando assim uma região urbana com características rurais, que é a Áreas de Interesse Turísticos, ressaltando que mesmo assim a ocupação não foi congelada por conta de um mapa. Mostrou o mapa do ordenamento do ano de 2007 – área de ZEIS, ressaltando que além do bairro Santo Amaro, não tem mais nenhuma ZEIS no centro, vindo a ter apenas a ARSE 132 na área sul de Palmas. Lembrou dos instrumentos de IPTU progressivo e outorga onerosa que podem ser aplicadas nas zonas de área prioritárias e preferencial. Apresentou o mapa da densidade de Palmas, que mostra que a região sul é muito mais densa que o centro da cidade. Apresentou o mapa das áreas irregulares produzido em 2012 para o plano de regularização fundiária de 2012, que detectou mais de 116 (cento e dezesseis) áreas ocupadas irregularmente, 43

(quarenta e três) loteamentos irregulares, sendo 36 (trinta e seis) fora do perímetro urbano e 7 (sete) dentro do perímetro urbano – sendo que nos loteamentos Taquari e Irmã Dulce a prefeitura vem trabalhando, no entanto os que estão fora do perímetro urbano é mais complicado de efetuar a regularização fundiária. Mostrou o mapa das áreas irregulares do município de Palmas em 2016, que mostra ocupação de área rural e vários parcelamentos de chácaras com características urbanas, sem infraestrutura. Mostrou um exemplo com asfalto, que mostra que nem sempre o perfil é de baixa renda, como por exemplo na saída do município de Lajeado, na região da APA da serra de Lajeado, com padrão melhor de loteamento fechado, desrespeitando várias normativas e leis. Questionou para que rumo devemos ir: anistia ou punição? Vigiar ou punir? Deu exemplo de leis que estão sendo descumpridas por esses loteamentos, como por exemplo: leis ambientais, leis de parcelamento, IPTU, mudança de uso do solo (outorga de mudança de uso), venda de frações ideais sem cobrança de ITBI. Alertou que as discussões têm que pesar essas questões em todas as discussões, uma linha de pensamento de tentar esmiuçar isso em todas as discussões. Em seguida iniciou o momento de escutar os presentes, iniciando com a participação do Arquiteto e Urbanista Elias Martins, que iniciou falando que chegou o momento de ouvir a comunidade para depois levarmos essas informações para um momento posterior. A palavra foi solicitada por Edivaldo, Advogado, componente da comissão de direito urbanístico da OAB, que fez uma colocação na exposição da fala de Lúcio, no que se trata da parte do questionamento de “vigiar ou punir”, colocando que se a situação fere a legislação não pode adotar o modelo de politicamente correto, crê que para se resolver o problema do Plano Diretor deve adotar medidas para que esse vazio seja preenchido com medidas efetivas. Afirmou que deve primeiramente obedecer a legislação e é dever do poder público punir. Disse ainda que o modelo de Palmas está fadado ao insucesso, pois é uma cópia do modelo de Brasília, onde cada quadra deveria ter sua mercearia, sua padaria, cópia do modelo de Brasília que já tem problemas sérios, tem que se começar do começo. O Poder Público tem que atacar os vazios e resolver o déficit habitacional. A efetividade é dizer que o poder público tem que atacar o problema, fiscalizar veemente os loteamentos que não passam de loteamento de luxo, um problema altamente especulativo. Disse querer registrar que a questão de meio ambiente, que Palmas sempre preza, por ser uma cidade verde, não podemos deixar que daqui 20 anos virem favelas ao redor de Palmas. Raí Silva, Coordenador da União dos Movimentos pela Moradia do TO, disse que estamos vivendo um momento importante para nossa cidade, que temos que saber qual a cidade que queremos para morar, tudo isso depende de nós nessa discussão do Plano Diretor. Afirmou que só teremos uma Palmas que seja nossa de verdade, com qualidade de vida, se nós estivermos juntos e fizermos parte efetivamente dessa discussão. Disse que queria fazer uma pergunta para a comissão do Plano Diretor: fala-se muito na questão da especulação imobiliária, a maioria dos imóveis estão na mão de poucos e grande parte mora de aluguel, muito pouco tem sido feito para eliminar isso, a gente sabe que o IPTU progressivo vai dar resultados, e nós do movimento de luta pela moradia, um especulador bota à venda e outro vai lá em compra. E as pessoas que moram de aluguel, então queria saber se a prefeitura teria como comprar esses 5000 (cinco mil) lotes para fazer moradia para quem paga aluguel, moradia popular? O que está sendo feito para que essas áreas irem para as mãos de quem realmente precisa. Elias Martins,

Arquiteto da Prefeitura de Palmas, esclareceu que o intuito dessa reunião é justamente levar os problemas para fazermos posteriormente discussão de como fazer o enfrentamento desses problemas. Elias disse que um cidadão fez essa mesma pergunta por escrito. O Secretário José Messias explicou que a questão de falta de áreas para moradias populares, nós não temos hoje um mecanismo que obrigue quando fazer loteamento deixe uma parte para moradia popular. Sobre o IPTU Progressivo, ser aplicado 15% saúde, 25% educação e 60% para moradia. Está sendo criado esse instrumento para resolver a questão da moradia. Estamos avançando, o IPTU Progressivo é um instrumento fantástico que está acontecendo, mas só agora, pois existe desde o ano de 2007 e só agora esse prefeito teve a coragem de implementar. Vamos definir qual percentual. Clovis, advogado, afirmou que o que o chama a atenção é que a legislação existe e acontece alteração da legislação que traz malefício. Disse que observou que em Palmas começaram a receber edificações comerciais em lotes residenciais de frente para as NSs. As NSs não tem estrutura para isso, inclusive as saída de condomínio onde ocorrem vários acidentes. Disse não saber se câmara aprovou. O plano diretor tem que proibir essa prática. O cidadão finalizou requerendo a solução para o problema. Richarlison, morador da região do Córrego Machado, afirmou que uma questão que vem se arrastando há muito tempo é a questão do Córrego Machado, que teve uma ocupação em 2003, e na ocasião o próprio estado concedeu alguns títulos para Chácaras que foram revogadas e logo mais as áreas foram passadas para o município sem discussão com os moradores. Foram passadas para a Prefeitura como área verde. Afirmou que mais de 1000 pessoas moram na região. Situações críticas, questão de risco, pessoas morando próximas ao córrego machado e machadinho, mas também têm as questões positivas, como a preservação das margens por vários moradores, que estão plantando e preservando as margens, comprometendo também das nascentes, causando o problema de fornecimento de água devido à má preservação das nascentes. Temos que preservar para que temos grande potencial de reserva de água para a cidade. Solicitou que fosse discutido com os moradores de uma forma justa como será feito a desocupação se for preciso. Existe uma associação que será reativada para discutir a questão dessa população, que fosse inserido no plano diretor essa discussão. Vanda, professora da região dos Aurenys, disse que tem um terreno entre o Jardim Aurenys IV e a rodoviária, tem um senhor que é dono de grande parte desse terreno, e queria saber se a prefeitura não poderia adquirir esse terreno para fazer moradia. Elias Martins respondeu que essa Área de Preservação do Tiúba, que existe um projeto para rever a legislação através do Plano Diretor para dar uso a essas áreas, pois atualmente não pode ser feito nada. Marcos, Presidente da Associação de Moradores da 407 norte, queria saber se a prefeitura tem algum projeto para regularizar as APMs de Palmas, pois a cidade tem várias APMs, áreas verdes que poderiam ser utilizados para fazer moradia. Elias Martins respondeu que as áreas públicas são para todos, para creche, hospital, sugerindo que a colocação do cidadão seja colocada como sugestão para a revisão do uso das áreas públicas. O cidadão aprovou a sugestão. Ele disse que na quadra dele tem 18 áreas verdes que não estão servindo para nada, e quer que algumas áreas sejam transformadas. Inácia, Presidente da Quadra 403 norte, disse que há muito tempo atrás tramitava uma lei para que se comprasse áreas que as pessoas só jogam lixo e quis saber se agora com essa expansão a Prefeitura está pensando em permitir que a população possa comprar essas

áreas e o dinheiro ser revertido para a própria quadra. Elias Martins esclareceu que esse projeto existe e que será colocada como sugestão que o dinheiro da venda das áreas inservíveis seja revertido para a própria comunidade. Antônio, morador do Setor Santo Amaro, disse que iria ser colocado asfalto até 30 de setembro desse ano, mas a empresa sumiu de lá e quer saber o que aconteceu. Elias Martins esclareceu que a paralisação das obras ocorreu porque tem algumas famílias nos locais de abertura de rua, e que essa questão está sendo resolvida. Valter Borges, Agrônomo, sugeriu que fosse terminantemente proibido o uso de áreas públicas para equipamento público, pois as áreas públicas são para ser utilizadas daqui há alguns anos. Disse que fica triste em ver áreas públicas ocupadas por igrejas que poderiam comprar suas áreas. Sugeriu à Germana Coriolano sobre a infraestrutura, as rotatórias foram modificadas e algumas permanecem no modelo antigo por questões muito pequenas. Sugeriu que fosse colocada no orçamento do ano que vem a modificação dessas rotatórias, alguns por causa de postes, de caixas de telefonia. Afirmou que essas rotatórias podem ser modificadas, alguns acidentes acontecem por causa disso. Afirmou que Palmas tem problemas de macrodrenagem, já levou a secretaria de infraestrutura, afirmando que é coisa pequena pra se resolvida. A maioria estão mal dimensionadas, custo pequeno para fazer mais uma, não captam nem 30% da água que chaga nela. Podemos resolver com pouco dinheiro. Se continuar do jeito que está a cidade vai se estendendo e ficando pior. É importante ter habitação de interesse social. Algumas pessoas não moram na cidade por opção, não querem morar na cidade. Quando se pensou na cidade, esqueceu que as pessoas tinham costumes "curraleiros", que não tinham costume de morar em prédio, estamos aprendendo a viver em prédios nos últimos 6 anos. Na avenida do prédio do Wilson Vaz está construído desde 2006, mas a água não entra. Estamos impermeabilizando todos os lotes, precisamos dar condições na outorga onerosa para que as pessoas se regularizassem, as áreas que já foram ocupadas. A lei de outorga é um bicho de sete cabeças, a prefeitura tem que simplificar para as pessoas que impermeabilizaram mais que deveriam possam se regularizar. Eduardo Siqueira da Costa, morador do Lago Norte, quis saber se ao ampliar o Plano Diretor vai se ter o benefício que teve o Santo Amaro, o setor Lago Norte. Elias Martins sugeriu que a fala do cidadão seja inserido o Setor Lago Norte no perímetro urbano nessa revisão do Plano Diretor para possibilitar a regularização da região. As rotatórias são grandes instrumentos de redução de acidente de trânsito em Palmas, precisamos aprimorar as rotatórias, melhorar a sinalização. Elizete, pedagoga, funcionária pública, moradora de Palmas desde 1991, moradora do Aurenny II, quer saber se há a possibilidade de revitalizar a área no fundo da UPA SUL, que é uma área insegura, se transformou em uma Cracolândia, com exceção do ginásio, não temos nenhuma área de lazer. Onde era uma praça colocaram uma escola, não temos áreas públicas para praça. As calçadas foram destruídas quando colocaram o saneamento e a prefeitura não construiu como estava e está até hoje destruída. Algumas bocas de lobo foi construída na entrada na porta dela, gerando mal cheiro, não pensaram no bem estar dos moradores, a rotatória do ginásio, temos que repensar para melhorar o fluxo, pois em horário de pico está muito complicado. O bairro está sem sinalização na faixa na marginal direita e a pista é muito larga e quando as pessoas vão passar os carros não obedecem e está acontecendo acidentes em frente ao quarteto e em frente ao setor Santa Bárbara. Adelmario, da União

Nacional de Moradia, falou sobre algo que surgiu na Conferência e também já tinha sido falado que é a questão de como encontrar uma forma de obrigar o loteador de deixar parcela para habitação, sugerindo uma parcela de 20%. Afirmou que a especulação imobiliária é latente em nosso município, precisamos ocupar os espaços e somente teremos isso quando a prefeitura tiver uma política que de fato reprima isso. As pessoas que mais precisam de moradia tem que morar distante dos centros urbanos onde estão os equipamentos da prefeitura que elas precisam. Estão sendo construídas habitações de interesse popular na ALCNO 33 e 43 onde terão uma demanda muito grande de equipamentos públicos. Serão 6000 moradores, temos que prever desde já os equipamentos necessários. Tem algumas áreas que o prefeito já disse que tem outras prioridades para ela. O saneamento também é uma situação que deve ser revista. Palmas além de ter um déficit habitacional muito grande, temos também o problema da moradia em condições insalubres, uma sugestão para que o poder público possa contribuir com essas famílias, uma criação de fundo habitacional para que possam ajudar essas pessoas a fazer reforma e construção. Temos municípios aqui no Tocantins que resolveram seus problemas de déficit habitacional com recursos próprios da prefeitura, Palmas tem condições para isso, já que é uma cidade bem maior. Palmas poderia disponibilizar técnicos para realizar os projetos de reforma e construção. Sobre a aquisição de terrenos podemos aplicar os instrumentos como IPTU progressivo e outros previstos no plano diretor. Elias Martins afirmou que o fundo existe, mas a sugestão seria utilizar para acabar com o déficit habitacional. O cidadão continuou sua fala dizendo que temos um problema latente em Palmas que é a questão da acessibilidade urbana, precisa de uma política de acessibilidade, tanto para quem usa transporte público, tanto para quem tem acessibilidade especial. Palmas foi feita para carro, não para pessoas. Os prédios públicos não têm acessibilidade, também os privados tem que atender as normativas que já existem para atender essas pessoas que necessitam. Todas as políticas públicas do município tem que garantir a acessibilidade nos edifícios privados. Precisamos melhorar a acessibilidade. Precisamos de ônibus confortável, ponto de ônibus confortável, para que as pessoas que não precisem se esconder atrás dos postes para se esconder do sol. Alguns pontos tem só plaquinha, não tem ponto coberto. Paula Daniele, moradora da área norte de Palmas, quis saber o que falta para terminar a construção da praia das ARNOs, pois está abandonada e as pessoas não usam mais. Valter Borges, Agrônomo, disse que prefeitura precisa colocar no orçamento do ano que vem para ressover a questão do Machado Oeste, do Irma Dulce, mas que essas questões não se resolvem sem dinheiro em caixa para desapropriar. O Setor União Sul precisa dar condição daquelas pessoas terem seus títulos, assim como o Setor Belo Horizonte e Setor Universitário. Afirmou que essas preocupações que a prefeitura deve ter agora para que seja possível resolver essas questões. Às 21h46min a reunião foi encerrada, Valeria convidou a todos para participar das próximas reuniões. Sem mais nada a ser dito, eu Rosana Delmundes Bezerra, Arquiteta e Urbanista, encerro esta ata.

Composição da Equipe Técnica:

Coordenador Técnico: MARCUS VINICIUS MENDES BAZONI - Coordenador de Projetos Urbanísticos.

Facilitador/Palestrante: LÚCIO MILHOMEN CAVALCANTE PINTO - Arquiteto e Urbanista.

Assistente/Facilitador: ELIAS MARTINS NETO – Arquiteto e Urbanista.

Relator da Plenária: ROSANA DELMUNDES BEZERRA - Arquiteta e Urbanista.

Relator da Tabela: MARIANA POLI A. DE OLIVEIRA - Arquiteta e Urbanista.

Assistente de Relatoria1: MARLI RIBEIRO NOLETO - Arquiteta e Urbanista.

Assistente Geral 1: GIORDANE MARTINS SILVA - Arquiteto e Urbanista.

Assistente Geral 2: WANDERSON LOPES OLIVEIRA – Engenheiro Ambiental.



2.2 LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO SETORIAL

LISTA DE PRESENÇA
LOCAL: AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL
DATA: 03 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL, TELEFONE)	ASSINATURA
01	Carla Catha Costa Jorg	End. Flores de Senna, n.º 111	98553174	Carla Jorg
02	Juliana Sampaio de Siqueira	GECOM Palmas	5 substitua 682 email com	Juliana
03	Adriana Saldade Gasbardo Facamento		98134-5960	
04	Carla Maria Borges	Seminário do Pantão	tercibomslu@ig.com.br	
05	Maria M da Silveira	Rua Gibson R. 606	984813225	
06	Wenderson de	Rua 28, 71114, Fátima III		
07	Mª Anália Sales	Rua 197, 212, 212, 212	thay.lage@latam.net	
08	Silvia Regina de Souza	210 Sul A7, 10111, 10111	Silvia.regina@hmm.com.br	
09	Marcos Duarte	25000, BPO	984813225	
10	Paula Daniele de Silva	307 Norte, 11, 10, 11, 27	98123-3539/98123-3770	
11	Silvane Ramos	407 Norte, 10111, 10111	984617371	
12	Geiziane Batista	407 Norte, 10111, 10111	981572271	
13	Orlyne Santos	605 BUNATI	Enviado email com	
14	Antonio Edil P. Soares	6104, 9102, 10111, 10111	984813225	



LISTA DE PRESEÇA

LOCAL: AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL
DATA: 03 DE NOVEMBRO DE 2016



Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (RUA/ TELEFONE)	ASSINATURA
	João de Deus Albuquerque	407 Norte Al 13	99256 0023	Adriano
	Ademir Almeida Sales	407 Norte Al 13	99256 0023	
	Eliziane Rocha Cruz Silva	201 Sul Com 02	991474769	
	Roberto Mendes de Jesus	201 Sul Com 02	6791065504	
	Euclides Gomes de Souza	Avenida 2 - CA 44	984887173	
	David Henrique Monteiro	406 Sul Al 12	999841933	
	Delsonias Almeida	1005 Sul Al 12	23425 5321	
	MARIANA FOLHA DE OLIVEIRA	PESSEL AL 12, DIMURTA	9996 - 0809	
	EFUM SILVEIRA	PMA - SETOR URBANO 1º ZONE	63 992298834	
	WANDERSON LOPES OLIVEIRA	EMA - MEIO AMBIENTE	99213-5999	
	Neusaanda Eliana	Parombolombom	984170804	
	Lauro de Aguiar	606 Norte	999873610	
	Luís de Santa Paulilla	108 N. Al. 04, Al 09	98124-4006	
	Gláucia R. Romante	208 N Al 22 lote 06	999725599	
	Alf. Barros Pires Lima	103 N. Al. 1011, 27	982660343	



LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

DATA: 03 DE NOVEMBRO DE 2016



NOME COMPLETO

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (CELULAR/TELEFONE)	ASSINATURA
	ANDRÉ B.S. MARQUES	Fos. 1060 N.10	63) 98439-0191	
	Chies & de Araújo	Advogado	63 98917-778	
	Edinoldo Alves dos		8136-0592	
	Dilvandra Alves da Silva	Palmas	911851631	
	Antonio Le Procureiro	Faculdade	9244 3050	
	Blancy Fátima Mendes	Faculdade	912459466	
	Wendy Lira Maciel	Av. Aracy IV	98458-1909	
	Waferson de Sousa	Disputado	98406 2983	
	Willy Silva	Palmas. To	98434339	
	Monica Cruz	Palmas-TO	92922712	
	Wally Kildino Neto	IPUP	2114 0904	
	Jose Maksims de souz	SEBU4	9977. 4453	
	Rosana de Souza	SCOUT	2111-1109	
	Darwin R. Santa	PALMATO	984365854	
	Lucy Regina dos Santos			

2.3 FOTOS DA REUNIÃO SETORIAL¹



¹ Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas – IPUP/Secretaria de Comunicação - 2016

2.4 TABELA – DEMANDAS DO SETOR

Como parte da metodologia de análise, procedeu-se a sistematização das contribuições da comunidade expressadas oralmente em plenária, conforme tabelas temáticas abaixo referidas:

REUNIÃO SETORIAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E ONG'S EIXO: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DATA: 03/11/16		
CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
Falta de estruturação dos equipamentos e serviços públicos em toda a cidade		
Propensão a favelização das áreas irregulares no contorno da cidade		
Loteamentos irregulares são conduzidos por poucos especuladores		
Inação do poder público frente à questão dos loteamentos irregulares		
Alteração da legislação vigente resultando em agravamento de problemas de uso do solo		
Mudança de uso do solo de residencial para comercial acarretando problemas nas avenidas		Promover mudanças de uso do solo a serem revistas nesta atual Revisão do Plano Diretor
Questão fundiária do córrego machado – chácaras licenciadas pelo governo do Estado do		

Tocantins – insegurança da titularidade das terras		
Subutilização de áreas públicas municipais e de áreas verdes		Promover a revisão do uso das áreas destinadas como áreas públicas municipais, bem como destinadas à retenção de áreas verdes, destinando parte destas à moradia de Interesse Social
		Promover a destinação de uso residencial comercial das áreas inservíveis com retorno do investimento para a própria área através de serviços de infraestrutura e equipamentos públicos
		Proibir a mudança de destinação de uso (ocupação) das áreas públicas municipais e áreas verdes
		Melhorar o aproveitamento das áreas públicas e áreas verdes municipais, garantindo a sustentabilidade futura
Dificuldade de mobilidade em algumas das rotatórias, dificuldade de fluidez do trânsito		Alterar o desenho das rotatórias
Conflitos relacionados à densidade prevista no planejamento urbano – não identificação da cultura local com a verticalização urbana		
Relacionar a outorga onerosa e a padronização dos tamanhos dos terrenos		Simplificar a outorga onerosa de modo a impedir a impermeabilização do terreno e

para seu uso – impermeabilização dos terrenos		possibilitando a regularização dos imóveis
Propensão a favelização da área do Lago Norte se não provocada a regularização fundiária da área		Inserir o setor Lago Norte no perímetro urbano nesta revisão do Plano Diretor
Defeito de sinalização horizontal e vertical das rotatórias		Revisar a sinalização das rotatórias
		Pensar melhores formas de dar melhor fluidez ao trânsito da cidade
Erros de destinação de uso das APM'S – poucas praças		Revitalizar a área atrás da UPA SUL (AURENY 2) – região do Córrego do Machado - transformando-a em área de lazer
Falta de mobilidade- problemas relacionados as calçadas		Implantar calçadas caminháveis
		Promover a revisão do entrocamento – trevo da TO em Taquaralto
Faixas marginais com faixas largas e sem sinalização		Sinalizar e iluminar as faixas marginais
Acidentes nas faixas de pedestre próximas ao quarteto (antes e depois) e no Santa Bárbara		
		Destinar percentual (15%) de novos parcelamentos da cidade destinados à habitação de interesse social
		Criar mecanismos de incentivo para o empreendedor para que

		ele possa dispor dos 15% de seu terreno destinado a habitação de interesse social
Especulação imobiliária		Prever demanda de estoque de terras para habitação de acordo com o crescimento populacional
ALCNO's 33 e 43 sem previsão de implantação de equipamentos públicos e de infraestrutura de saneamento		
Moradias em condições insalubres – precariedade habitacional		Destinar verbas do Fundo Municipal de Habitação para priorização de construção de moradias com precariedade habitacional, bem como ao atendimento do déficit habitacional (reforma e construção)
Problemas de acessibilidade e mobilidade (destaque para os prédios públicos)		Criar políticas e planos para garantia da acessibilidade e mobilidade urbanas
	Qualidade de vida proveniente da facilitação da acessibilidade e mobilidade urbanas	Fiscalizar os imóveis existentes e garantir a aprovação de projetos com correta previsão de acessibilidade e mobilidade urbanas
Paralisação da obra da praia das ARNOS – grandes deslocamentos desta população para utilização de outras áreas de lazer		
VISÃO DE FUTURO		

**REUNIÃO SETORIAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E ONG'S
EIXO: FISCAL E GOVERNANÇA
DATA: 03/11/16**

CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
Falta de punição das ocupações irregulares através da legislação vigente		Respeitar a legislação vigente, implementar medidas para a ocupação dos vazios urbanos com políticas habitacionais efetivas
Descontrole da especulação imobiliária		Criar /efetivar os mecanismos de atendimento e correção do déficit habitacional
	Participação cidadã	
	Qualidade de vida, qualificação do transporte público	
Falta de retorno de investimento do IPTU para a população de baixa renda		Priorizar ações de investimento para a população de baixa renda
Inação do poder público frente à questão das ocupações e loteamentos irregulares		Promover o acréscimo do percentual de investimento destinado a construção de moradia popular
Falta de áreas destinadas a moradias populares		Implementar o IPTU progressivo e continuidade desta ação
Falta de mecanismos que reservem parte da porção da gleba para habitação de interesse social		
Ampliação do diálogo entre a prefeitura e as comunidades afetadas com ações de irregularidade fundiária		

		Destinar serviços especializados para o desenvolvimento de projetos habitacionais de interesse social (assistência técnica gratuita)
		Aplicar os instrumentos para implantação das habitações de interesse social
		Efetivar ações definidas no Conselho Municipal de Habitação
		Promover a previsão orçamentária municipal para 2017 para regularização das áreas do Machado oeste e do Irmã Dulce – priorização das áreas de regularização existentes no Plano Diretor
VISÃO DE FUTURO		

REUNIÃO SETORIAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E ONG'S EIXO: MEIO AMBIENTE DATA: 03/11/16		
CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
Poluição ambiental e degradação associada a especulação imobiliária	Cidade verde visando qualidade de vida	
Questões de risco e degradação ambiental do Córrego Machado – comprometimento das nascentes – comprometimento do fornecimento de água para a		Resgatar todas as nascentes de água da cidade

cidade (destaque para o Córrego Machado e Taquarussu)		
Remanejamento das áreas irregulares com previsão de ações de recomposição ambiental das áreas degradadas		
Delimitação da Unidade de Conservação do Tiúba		
Bocas de lobo mal dimensionadas, gerando transtornos com a falta de vazão das águas da chuva		Implantar/investir em macrodrenagem urbana
VISÃO DE FUTURO		

2.5 TABULAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INDIVIDUAIS DA REUNIÃO SETORIAL

Com vistas a complementar as análises que subsidiarão o Diagnóstico Municipal, procedeu-se a sistematização das contribuições individuais e escritas da comunidade, compiladas por eixos temáticos, conforme tabela abaixo:

REUNIÃO SETORIAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E ONG'S EIXO: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DATA: 03/11/16		
CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
Existência de Loteamentos rurais	Loteamentos rurais	Promover a regularização dos loteamentos rurais e instrução, controle e fiscalização para novos loteamentos rurais
Ocupações irregulares (Lago Norte)		Melhorar a qualidade de vida dos habitantes
População sem acesso às políticas sociais		Promover a capacitação da população na área de investimentos
Grande densidade populacional com grande número de crianças nas áreas irregulares		Ocupar os espaços vazios
Famílias morando em barracos de lona		Promover moradia digna
		Instalar abrigo de qualidade para ônibus
VISÃO DE FUTURO		
<p>1. "Bairro pavimentado e com serviço de esgoto; crianças tendo acesso à educação de qualidade e áreas de lazer; saúde pública chegando no bairro, sem necessidade de grandes deslocamentos; os jovens tendo acesso à educação profissionalizante, sonhando com um futuro melhor; transporte público funcionando com eficácia, suprimindo a necessidade dos habitantes; habitantes da periferia tendo qualidade de vida, tanto quanto os habitantes do centro da cidade." Dorotheia Luz.</p> <p>2. "Que todas as quadras tenham infraestrutura, como rede de esgoto, praças e parques e saneamento básico." Dorismar.</p> <p>3. "Sou morador da quadra 606 Norte e gostaria muito que daqui a 10 anos os bairros próximos à minha quadra estivessem regularizados, por exemplo o Lago Norte. Também gostaria que tivesse asfaltamento nas avenidas NS 10, NS 08 e LO 16, 14 e NS 15. Quero muito que minha cidadã esteja toda com iluminação de LED e de cor clara, tipo Teotônio</p>		

Segurado, parte norte. E quero que esse asfalto seja de qualidade, tipo o asfalto que liga a Teotônio Segurado ao Aeroporto de nossa cidade." Leandro Aguiar

REUNIÃO SETORIAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E ONG'S
EIXO: FISCAL E GOVERNANÇA
DATA: 03/11/16

CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
Atos errados ocorrendo na APA do Lajeado por falta de fiscalização da Prefeitura		Dar maior atenção às denúncias.
		Coibir as invasões, construções e loteamentos irregulares, antes de acontecer e criarem dificuldades.
VISÃO DE FUTURO		

REUNIÃO SETORIAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E ONG'S
EIXO: MEIO AMBIENTE
DATA: 03/11/16

CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
Ocupação de áreas às margens dos Córregos Machado e seus afluentes, mediante licenças de ocupações emitidas pelo ITERTINS (ocupadas há mais de 20 anos e de boa fé), essas áreas estão sob a responsabilidade do Município.	Nascentes de água	Regularizar o que for possível e desocupar as áreas de risco, remanejando os moradores e indenizando dos benefícios realizados
Invasão e ocupação em áreas de nascentes		Recuperar as nascentes

Ocupação desordenada às margens do Taquaruçu Grande		
---	--	--

VISÃO DE FUTURO

1. "Com todas as áreas regularizadas, implantação da coleta seletiva solidária, conforme previsto na Lei 11.445/07 e Decreto 5940. Implantação/disponibilização de espaços de lazer para a comunidade. Recuperação das nascentes dos córregos dentro do plano Diretor de Palmas." Elicharme Gomes de Carvalho.